

Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de
História e do Programa de Pós-
Graduação em História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Gusatti Dias, Kamila; Batista Paes, Ademilson
Da Escola Evangélica de Jataí ao Instituto Samuel Graham: resquícios de uma história
(1942 –1971)

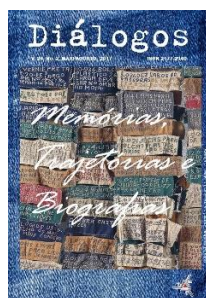
Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em
História, vol. 21, núm. 2, 2017, pp. 66-84
Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305552668008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



Diálogos

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v21n2>

ISSN 2177-2940
(Online)

ISSN 1415-9945
(Impresso)

Da Escola Evangélica de Jataí ao Instituto Samuel Graham: resquícios de uma história (1942 – 1971)

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v21n2.34469>

Kamila Gusatti Dias

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade de Paranaíba (MS). kamilagusatti@hotmail.com

Ademilson Batista Paes

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). abpaesbr@yahoo.com.br

Palavras Chave:

Educação protestante;
Presbiterianos; Goiás.

Keywords:

Protestant education;
Presbyterians; Goiás

Palabras clave:

Educación protestante;
Presbiterianos; Goiás.

Resumo

Este trabalho pauta-se na gênese de uma instituição protestante na cidade de Jataí - Goiás. O período compreende ao ano de fundação da escola, em 1942 e estende-se até 1971, ano em que foi implantado a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5692/71. Como metodologia, optou-se pela pesquisa qualitativa, de cunho documental, ancorada na análise de fontes que delineia o recorte cronológico. Assim, a pesquisa sobre os vinte e nove anos iniciais de funcionamento do Instituto Samuel Graham (1942 – 1971), possibilitou indicar algumas conclusões que servem de subsídios para o estudo da questão da Educação Protestante no Brasil.

Abstract

From the Evangelical School of Jataí to the Instituto Samuel Graham: remnants of a history (1942-1971)

This work is based on the genesis of a Protestant institution in the city of Jataí - Goiás. The period comprises the year the school was founded, in 1942, and extends until 1971, the year in which the Law of Guidelines and Bases of Education Number 5692/71 was implemented. As a methodology, we opted for the qualitative research anchored in the analysis of sources that delineates the chronological cut. Thus, the study on the initial twenty-nine years of operation of the Samuel Graham Institute (1942-1971) made it possible to point out some conclusions that serve as subsidies for the study of the Protestant Education in Brazil.

Resumen

De la Escuela Evangélica de la ciudad de Jataí al Instituto Samuel Graham: huellas de una historia (1942 – 1971)

Este trabajo se basa en la génesis de una institución protestante en la ciudad de Jataí - Goiás. Desde el periodo de la fundación de la escuela, en 1942 hasta 1971, año en que fue implantado la Ley de Directrices y Bases de la Educación nº 5692/71. Como metodología, elegimos por la investigación cualitativa, de rasgo documental, anclada en análisis de fuentes que enmarca un recorte cronológico. Así, la investigación a respecto de los veinte y nueve años iniciales de ejercicio del Instituto Samuel Graham (1942 – 1971), nos permitió apuntar algunas conclusiones que sirven de subsidios para el estudio de la cuestión de la Educación Protestante en Brasil.

Artigo recebido em 12/05/2016. Aprovado em 14/03/2017

Este trabalho resulta do estudo realizado durante a pesquisa desenvolvida no Mestrado em Educação (2014- 2016), na linha Educação, Linguagem e Sociedade, pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Unidade Paranaíba

Introdução

Procuramos desvelar a gênese dessa instituição, legitimando o seu percurso, o que nos permite um entendimento mais aprofundado dos sujeitos que se relacionaram diretamente com esse estabelecimento educacional.

Esses aspectos serão objetos aprofundados de reflexão, a partir dos quais, sustentados em fatos, faremos alguns apontamentos com o intuito de identificar momentos importantes para a compreensão de sua instalação e de alguns cursos que foram instituídos. Para isso, além das fontes que analisaremos, vamos nos debruçar nas memórias dos sujeitos que fizeram parte desse processo (no período de 1942 a 1971), por meio de seus depoimentos e de seus arquivos pessoais, com o objetivo de refletir sobre as práticas e sobre o cotidiano vivido nessa instituição.

Dentre outros aspectos, foram utilizadas, também, para elucidar essa, as seguintes fontes escritas: Atas de Leis e Decretos, Boletins Estatísticos, Regimento Interno, Livros de Matrículas, Boletins Informativos, Entrevistas orais de ex-alunos e ex-professores, Legislação Educacional municipal e estadual, no período que delineia o recorte cronológico, deste trabalho.

Nessa perspectiva, consideramos as diversas formas de abordagem que nos permite examinar o interior da instituição educativa. Assim, analisaremos como ela se configurou no cenário educacional jataiense e as relações estabelecidas pelo corpo docente e discente.

Por entre os muros de uma casa-escola: o interior da Escola Evangélica de Jataí

Com o advento das missões evangelizadoras presbiterianas implantadas na região do sudoeste goiano por volta de 1940, a

cidade de Jataí – GO, foi escolhida como precursora para o estabelecimento de uma escola evangélica e também para a instalação de um templo religioso. Estrategicamente foi escolhida pela Missão por se encontrar entre as rodovias que ligam os estados de Minas Gerais e Mato Grosso.

Num cenário de disputas religiosas, políticas e econômicas, a Missão Central do Brasil procurou se estabelecer nessa região, apresentando-se como uma agência civilizadora, com hábitos, costumes e comportamentos que deveriam ser adotados por parte da população do Brasil tropical, forjando novos homens e mulheres. Para os missionários, era necessário fazer crer no poder da educação, fazendo-a funcionar como requisito necessário à construção de um novo campo religioso. (NASCIMENTO, 2005, p. 58).

No que se refere à decisão de escolher uma determinada região, a Missão observava alguns critérios para a implantação da obra missionária nas cidades. A localização das escolas seria definida, na concepção de Nascimento (2005, p. 122), pelas seguintes variáveis: “densidade populacional protestante, condições higiênicas, água potável, fertilidade do solo, facilidade de transporte, acesso aos materiais de construção e condições políticas”.

Como o núcleo protestante da cidade de Jataí crescia, a leitura da Bíblia tornara-se fundamental para as famílias evangélicas. Dessa forma, evidencia-se que a educação das crianças por meio dos princípios protestantes, fazendo uso da Bíblia, seria uma garantia da permanência e progresso da expansão do protestantismo em terras goianas. (MENDONÇA, 2008).

Cabe destacar que, ao se pesquisar uma instituição escolar, em especial protestante, poderá se compreender melhor a ação educativa desenvolvida em seu interior. As escolas instituídas pelos projetos missionários tinham como subsídios não só a evangelização educacional, mas também a garantia da difusão

do protestantismo em qualquer lugar que estivesse sendo propalado.

Ao se estudar a história de uma instituição educativa, Saviani (2013) afirma que, ao olharmos para o interior de uma instituição, vislumbramos a instalação do seu prédio físico, com seus equipamentos, material didático-pedagógico, enfim toda sua estrutura organizacional, todo subsídio para as práticas educativas desenvolvidas em uma instituição.

A Escola Evangélica de Jataí surge, inicialmente, como uma biblioteca¹ organizada pelo missionário norte-americano Donald F. Schroeder e sua esposa, Helen. Essa provavelmente foi a estratégia utilizada pelos missionários para iniciarem o processo de evangelização e de educação na cidade.

O Brasil se encontrava em profundo atraso educacional entre os anos de 1940-1950, “a porcentagem de analfabetos no país era de 52%, atingindo mais de 70% em algumas Unidades de Federação, como foi o caso de Goiás”. (SILVA, 2013, p. 70).

A precariedade educacional que assolava Jataí encontra-se retratada no recenseamento de 1940, cujos dados evidenciam o número de analfabetos que possuía o município em uma referência às crianças em idade escolar².

Não é nosso objetivo contestar essa questão, apenas reproduzir esses dados a fim de elucidar o cenário educacional vigente nesse período, naquela região. Nos anos de 1941, o colégio de ordem confessional católico e privado Nossa Senhora do Bom Conselho se instala na cidade. Entretanto, mesmo com quatro escolas em funcionamento, a população jataiense sofria com o alto índice de analfabetismo.

Diante disso, indagamos: As famílias menos favorecidas tinham acesso à essas escolas ou apenas a elite da cidade podia desfrutar desse acesso? Essas janelas de reflexão nos permitem dizer que, mesmo com quatro estabelecimentos educacionais instalados na cidade, o índice da população em idade escolar fora das escolas era extremamente elevado.

A implantação na cidade do núcleo protestante com o intuito de propagar o protestantismo no *binterland* vai ao encontro da preocupação de suprimir o analfabetismo por meio da evangelização educacional. Levar a “luz” para os jataienses seria a principal missão de uma escola nesse lugar.

Desse modo, a primeira iniciativa foi implantar uma biblioteca em um estabelecimento privado e de ordem religiosa presbiteriana, que seria um alento e incentivo à difusão do protestantismo. Mais tarde, tornar-se-ia uma escola primária, com o objetivo de atender aos filhos dos fiéis da Igreja e de outras famílias.

O primeiro prédio da Escola Evangélica foi uma casa alugada, no ano de 1940, que servia, também, para a realização dos cultos evangélicos, pois os presbiterianos ainda não haviam construído o templo da Igreja. Assim, a casa já não comportava as crianças matriculadas, tampouco os fiéis que vinham assistir aos cultos, sendo preciso sua ampliação, o que foi realizado no ano de 1941.

Em 10 de julho de 1942, sob a diligência

¹ Não encontramos fontes que nos permitissem a catalogação dos livros e materiais utilizados nessa biblioteca, desde sua implantação, antes da instalação da Escola Evangélica de Jataí.

² Como o Recenseamento foi feito nos anos de 1940, as escolas primárias seguiam a legislação de acordo com o Decreto nº 10 640 de 10 de fevereiro de 1930, que determina o Regulamento do Ensino Primário. De acordo com seu Cap. II, art. 65: “São obrigadas à frequência escolar gratuita todas as crianças de 8 a 12 anos de idade, facultada, nas vagas, a matrícula às de 7 e às maiores de 13 anos”. (REGULAMENTO DO ENSINO PRIMÁRIO, 1930, p. 18).

do pastor reverendo Robert Emerick Lodwick³, o pequeno educandário foi registrado na Diretoria Geral de Educação do Estado de Goiás, com o nome de Escola Evangélica de Jataí. A primeira professora e diretora, responsável pelo ensino primário, foi sua esposa, a senhora Loide Emerick.

O templo presbiteriano foi inaugurado três meses depois, no mesmo ano, precisamente no dia 11 de outubro, pelo missionário reverendo Robert Emerick Lodwick. Porém, somente em 1946, foi organizada a Igreja Presbiteriana Central de Jataí, com a eleição de dois presbíteros. Desse modo, o prédio da Escola passa a funcionar em um cômodo, nos fundos da Igreja, a fim de que não se despenda dinheiro com o aluguel e se estabeleça o prédio escolar junto à igreja. A finalidade dos missionários de fundar escolas ao lado de cada igreja foi também para prevenir conflitos entre as práticas católicas romanas.

Ainda com relação ao espaço destinado à Escola Primária, é mister destacar que as condições físicas do local que recebia as crianças era um espaço pequeno, sem muito luxo e de acomodações precárias. Não havia cadeiras; as crianças se acomodavam em caixotes de madeira feitos pelos próprios missionários, conforme assinalado no depoimento de uma ex-aluna:

[...] era numa casa na Rua Avenida Brasil, que ainda existe até hoje, eu visitei tem uns dois anos, três anos e ainda vi lá a casa, é uma casa simples, onde tinha até um tipo de um palco que era da igreja, ficava no fundo onde era a igreja presbiteriana e eu fiz o primeiro ano nesse cômodo lá. Não tinha cadeiras, era caixotes que os missionários faziam [...]. (FREITAS, 2015).

A procura por vagas na Escola Evangélica de Jataí crescia aos longos dos anos,

desde a sua implantação. Segundo os depoimentos dos entrevistados, o bom convívio com os professores também representou um motivo pelo qual os pais optavam por matricular seus filhos nessa instituição.

No primeiro Livro de Matrículas localizado no arquivo da instituição, trata-se dos anos de 1946 a 1951, é possível verificar que o registro de matrículas não foi descrito por seriação, portanto não podemos precisar se nesse período houve ou não a divisão por séries; tampouco encontramos outras fontes que pudessem atestar tal afirmativa.

No ano de 1948, as matrículas no Ensino Primário, tanto do público masculino quanto feminino, reduziram-se drasticamente. Assim, questionamos: Os alunos que não se matricularam deixaram de estudar nesse ano ou foram matriculados em outra instituição da cidade? Houve contratempos financeiros que impossibilitaram às famílias deixarem seus filhos matriculados na instituição? Essas reflexões e incertezas nos fazem acreditar que, dada a importância que os pais davam ao ensino, houve um motivo em especial que não conseguimos desvendar; por meio das entrevistas realizadas e das fontes documentais não foi possível identificar os registros que explicassem essa questão.

Importa ressaltar que, para esse levantamento de informações, organizado na Tabela 1, os dados encontram-se em conformidade com o Livro Ata de Registro de Matrícula. Encontramos registrados de maneira manuscrita as seguintes informações: nome dos alunos, idades, filiação, profissão e nacionalidade dos pais, residência, época das inscrições,

³ Robert Emerick Lodwick, missionário norte-americano, também pastor da Igreja. Junto com sua esposa, Loide Emerick Lodwick, fundou a Escola Evangélica de Jataí. O casal estava morando em Rio Verde/ GO e, em um passeio à Jataí, encantou-se com a obra missionária já implantada pelo casal Schroeder.

eliminação e observações⁴. Justifica-se, assim, a possibilidade de alguns dados não estarem coerentes.

É importante assinalar que o número de matrículas referentes ao sexo masculino sobrepunha o feminino, o que demonstra que as mulheres ocupavam um pequeno espaço na sociedade goiana, bem como na educação feminina, em meados do século XIX. (PALACÍN; MORAES, 2008).

Por um longo período, a instrução feminina em Goiás foi vista com descaso pelas próprias famílias, que não mostrava preocupação com a formação escolar de suas filhas. As famílias da elite goiana foram as primeiras a desejarem uma educação para suas filhas a fim de prepará-las para a vida em sociedade. Por esse viés, a instrução de meninas estava restrita apenas ao ensino das primeiras letras.

Essa não era a visão das escolas confessionais protestantes, como é o caso da Escola Evangélica em Jataí, que, por meio de uma pedagogia moderna e com princípios coeducativos⁵, atendia meninos e meninas em classes mistas.

Quanto a estrutura física dessa instituição, as mudanças começaram no ano de 1947, com a solicitação do reverendo Robert Emerick Lodwick à Missão Central Brasil, para ampliar o prédio da escola. Uma comissão da Missão veio a Jataí para analisar a situação. Em uma reunião com o prefeito e vereadores, foi explicado o projeto missionário de implantar na cidade uma Escola Primária e um curso Normal, visto que a Missão se interessava pela formação de professores para trabalharem no interior da região. A preocupação do prefeito era implantar um Ginásio, haja vista que o município ainda não

o oferecia, tampouco o Estado.

Diante de tantas incumbências, advindas com o resultado do levantamento prescrito pela Missão, a escola primária teria sua ampliação feita e, para isso, precisava de alguém com competência e sabedoria para empreender esse trabalho. Como o casal Lodwick também foi acometido por problemas de saúde, o que levou Dona Loide a voltar aos Estados Unidos, outro casal de missionários foi designado para esse projeto.

No que se refere aos missionários norte-americanos, convém destacar que, apesar das dificuldades encontradas em se estabelecer na cidade de Jataí, principalmente por questões de saúde, como foi o caso dos casais Schroeder e Lodwick, alguns indícios sobressaem do material investigado e nos permitem levantar algumas hipóteses: o que levou a Missão Central do Brasil a escolher um outro casal para difundir o projeto missionário na região do sudoeste goiano? Como foi a escolha do casal que se instituiria em Jataí? Quais objetivos foram previstos a eles? Previamente, não buscamos respostas, mas sim ensaios diante de tais considerações reflexivas.

Para o autor Jorge Carvalho do Nascimento, “o protestantismo se caracterizou como uma religião organizada sob a forma de associação voluntária, pluralista, com características republicanas. (NASCIMENTO, J., 2008, p. 207). Entretanto, teve como objetivo a inserção de uma proposta pedagógica alicerçada em um projeto educacional com práticas educativas que buscam:

[...] a valorização do trabalho, procura levar o educando a ter outro olhar diante da realidade. Indiretamente, isso era demonstrado pelas atitudes. O ambiente da vida americana era reproduzido nas escolas e nas casas dos protestantes por meio da

⁴ As observações registradas nesse livro constavam de algumas rasuras e enganos cometidos pelo responsável de seu preenchimento. As desistências dos alunos também eram registradas nesse campo.

⁵ O princípio coeducativo é uma prática inovadora utilizada nas escolas protestantes onde meninas e meninos, rapazes e moças poderiam estudar na mesma sala de aula. (CALVANI, 2009).

ordem, da limpeza, da disciplina, da alegria. Os alunos viam os missionários e professores trabalhando na casa, arando a terra. As próprias reuniões religiosas eram denominadas de “trabalhos”. Os meninos internos, além de estudar, ajudavam na roça: as meninas, nos trabalhos domésticos. (NASCIMENTO, 2001, p. 19).

Dessa forma, a implantação de uma pedagogia moderna, proposta por John Dewey em um país onde se era possível ter uma liberdade religiosa, fez com que o protestantismo exercesse, na América, como em nenhum outro lugar do mundo, grande poder sobre os indivíduos e sobre o próprio Estado. Com base nisso, “o protestantismo fez com que a religião levasse luzes, crendo em leis divinas que conduziram o homem à liberdade”. (NASCIMENTO, J., 2008, p. 210).

O pragmatismo ético das missões norte-americanas consistia em inculcar ritos ou dogmas, mas, principalmente, um “estilo de vida moral cujos principais signos tangíveis eram a leitura da Bíblia, a abstenção do álcool e do tabaco, o respeito ao descanso dominical, a proibição dos jogos de azar e a defesa da monogamia”. (NASCIMENTO, J., 2008, p. 214).

Nosso objetivo aqui é apenas abrir janelas de observações acerca do casal escolhido para propagar o protestantismo em terras goianas.

Em 1948 chega a Jataí o casal Samuel Irvine Graham⁶ e Dona Ruth Graham, com o encargo de iniciarem os trabalhos da construção do prédio novo da Escola Primária e a implantação do Curso Normal Regional. Pensando na perspectiva de uma ampliação da escola, em virtude do grande número de alunos que a escola vinha recebendo, o projeto para a

construção da escola começa a ser idealizado, primeiramente com a compra da área.

O casal Graham enfrentou algumas adversidades na concretização de seu trabalho, tanto para encontrar uma área adequada quanto para a obtenção de recursos para a construção do novo prédio. Combateram juntos os desafios e assumiram a direção da Escola Evangélica de Jataí. Segundo o depoimento de Freitas, uma ex-discente e também docente:

[...] Eles tinham uma vontade enorme de espalhar o evangelho né. Isso ajudou muito e o Dr. Graham e a Dona Ruth muito interessado em colocar aqui em Jataí essa escola para ajudar as pessoas que precisavam de estudar um pouco mais, além daquele ensino chamado primário né. Então eles começaram a trabalhar para conseguir o lugar para fazer a escola [...]. (FREITAS, 2015).

Com o apoio da prefeitura municipal, começaram as buscas por um terreno que atendesse aos intentos da obra. Nos arredores da cidade foram oferecidas três propriedades, a saber: a fazenda do Sr. Herculano de Souza, a de Dona América e a chácara do Sr. Olavo Lima, pertencentes à Igreja Católica da cidade. A princípio não houve interesse em vendê-las, mas, por intermédio da Câmara Municipal, um acordo foi estabelecido com a Igreja Católica e a venda de uma dessas propriedades para a Missão foi concretizada.

Adquirida a área na parte alta da cidade, aproximadamente doze alqueires, o próximo passo seria a construção do prédio escolar. Fazia-se necessária a criação de uma escola com uma estrutura sólida, com dupla finalidade: combater o analfabetismo e oferecer um ensino pautado nos preceitos religiosos presbiterianos.

⁶ Nascido em 1893, engenheiro agrônomo, chega ao Brasil em 1923 com sua esposa, Ruth Graham. Contavam com 25 anos de experiência no campo de implantação de escolas evangélicas no Brasil. Na Bahia, atuaram em Salvador (Ginásio Americano de Salvador) e em Ponte Nova (Instituto Ponte Nova), sendo esta sua última ocupação como missionário, realizada com muito sucesso e notoriedade. (ARQUIVO DO INSTITUTO SAMUEL GRAHAM – BIOGRAFIA DE SAMUEL GRAHAM).

A escola funciona nesse lugar até os dias atuais.

Em 1948, o ensino primário da Escola Evangélica de Jataí contava com quatro professoras: Ruth Graham, Dirce Mirns, Ambrosina Franco de Lima e dona Rita⁷.

A falta de escolas assolava a sociedade jataiense, que clamava por escolas havia anos, como podemos observar pela notícia reportada em um periódico da época:

De há muito tempo que o nosso grau de civilização estava exigindo um estabelecimento de instrução, que espancasse as trevas da ignorância desta mocidade sem peias, que vagava pelas nossas ruas, desconhecendo por completo os mais rudimentares princípios de educação. Por vezes chamamos, do alto destas colunas, a atenção dos poderes públicos, para a criação de uma regular casa de educação em nossa catita Jataí, a fim de resolver a tremenda crise que nos assoberbava, por isso (sic) que víamos, entristecidos e envergonhados, as crianças crescerem de dia a dia, sem aprenderem ao menos as primeiras letras, e jamais um só passo foi dado nesse sentido, ficando tudo no mesmo pé. [...]. (O JATAHY, 10/03/1952, Ano III, n. 61, p. 1).

Mesmo com as escolas públicas primárias oferecidas pelo Estado, no período de 1930 a 1945 houve muita dificuldade para estender a oferta a todos os municípios goianos, especialmente em Jataí, que não acompanhou esse progresso, dificultando a implantação de escolas na cidade. Assim, a Escola Evangélica conquistou seu espaço, com o objetivo de “aumentar e manter” os seguidores da fé reformada – a fé presbiteriana.

Nesse cenário, Samuel e Ruth Graham, sabedores de que na cidade funcionavam outras escolas, de cunho confessional católico, preocupavam-se em propagar o protestantismo. Os filhos de evangélicos sofriam graves preconceitos por não serem de família católica, tampouco poderiam estudar em colégios

católicos, o que justificava a construção de uma escola que atendesse não só os protestantes, mas aqueles de qualquer ordem religiosa.

Verifica-se, assim, uma ameaça de ordem social, aliada à chegada dos primeiros núcleos protestantes na cidade de Jataí com o intuito de difundir o processo de evangelização. Dessa forma, “os protestantes eram vistos não somente como uma ameaça ao catolicismo, em razão da sua doutrina, que traziam consigo um projeto de reestruturação social”. (FERREIRA, 2003, p. 42).

Diante disso, Samuel Graham buscou recursos para as obras de ampliação e construção do prédio. No entanto um desastre aéreo, em 1952, retira-o do cenário de busca. A morte trágica chocou a população presbiteriana de Jataí. Em homenagem póstuma, foi dado à escola o nome Instituto Samuel Graham, em junho de 1954.

A morte de um dos precursores da Escola Evangélica de Jataí entristeceu alunos, professores, famílias e demais funcionários, como afirma Eloene de Lima Freitas, ex-aluna da escola “*nós estávamos na sala de aula, quando a Dona Ruth chegou e disse, com as lágrimas que corriam seu rosto: As aulas estão suspensas! O Senhor Graham faleceu!*”. (FREITAS, 2015).

Sua esposa, Dona Ruth Graham, deu continuidade aos seus trabalhos, construindo novos prédios e instalando novos cursos. Mesmo com a morte de Samuel Graham, seu último sonho foi implantado. Em 1953 foi criado o Curso Normal Regional, que funcionou até 1962.

Depois da morte de Samuel Graham, sua esposa enfrentou muitos desafios, que foram sendo superados pouco a pouco. Dona Ruth Graham assume a direção do Instituto e começa um novo ciclo naquela instituição, com a construção de prédios novos, como a residência do diretor e vice-diretor, chegando a outro

⁷ Não encontramos o registro do nome completo dessa professora nas fontes pesquisadas.

grande sonho: o internato feminino, em 1954. No ano de 1956, houve nova ampliação do prédio, instalando-se o internato masculino, em virtude da grande procura de alunos vindos de outras regiões.

Uma escola, muitas histórias: o Instituto Samuel Graham

A partir de 1952, o Instituto Samuel Graham trilhou seus caminhos sob a liderança de dona Ruth Graham, mesmo com grandes desafios a combater. Os trabalhos iniciados por Samuel Graham para implantar o Curso Normal Regional obtiveram sucesso e, apesar de receber reprovações por uma pequena parte da população de Jataí, o curso foi instituído em 1953.

A implantação de outros cursos foram acontecendo, embora com obstáculos, em especial de ordem financeira. O término do prédio físico do Ensino Primário e a construção da Casa do Diretor foram construídos envoltos em várias adversidades por dona Ruth Graham.

Nessa perspectiva, somos conduzidos pelos apontamentos de Saviani (2013), quando nos questiona: A quem se destinava a instituição a que propomos reconstruir? Que resultados ela pretendia atingir? Esses questionamentos apontam para algumas diretrizes que nos ajudam a compreender a finalidade da Missão ao construir o ISG (Instituto Samuel Graham) no município de Jataí.

Consideramos que as fontes buscadas poderão nos ajudar a obter respostas, contudo somos cientes de que nem sempre nos trarão informações precisas quando tratamos de “voltar ao passado”. Para Orso (2013), é necessário haver mediações às fontes e aos instrumentos que nos possibilitarão investigar essas relações, circunstâncias /e as representações vividas pelos sujeitos que fizeram parte de uma determinada instituição.

Entretanto, o desafio de localizar, selecionar e analisar essas fontes é

imprescindível, pois, “a história da educação não é e não será sempre a mesma, significa afirmar que em cada momento, época e sociedade temos um determinado tipo de educação, aquela que corresponde as suas condições e a sua etapa de desenvolvimento”. (ORSO, 2013, p. 37). Diante desse cenário, debruçamo-nos sobre as fontes que localizamos no ISG, no período do nosso recorte cronológico, a fim de “voltar ao passado”, mas sem desprendermos nossos olhos do “retrovisor”. Para esse fim, tentamos reescrever parte de sua trajetória, enfatizando aspectos que julgamos ser mais relevantes para a escrita da história dessa instituição educativa. Assim, Magalhães (1996) observa que:

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro da evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico. (MAGALHÃES, 1996, p. 2).

A despeito do ponto de vista em torno da escrita do ISG, consideramos que o estabelecimento dessa escola na cidade teve um fim específico, como podemos ver nos escritos de uma carta de dona Ruth Graham à ex-secretária da escola, Nilda de Castro Vilela.

[...] É bom registrar que a finalidade da escola desde seu início foi não somente preparar para uma profissão ou continuação dos estudos mas a formação de caráter, uma ajuda em aprender tomar a responsabilidade e enfrentar a vida conforme o ensino Bíblico. Este alvo na parte da administração e do Corpo Docente as vezes deu a escola atitude diferente de outras escolas e contribuiu para o seu desenvolvimento. Em várias vezes veio um auxílio, uma solução que não podia ser outro a não ser a mão de Deus... Crise financeira, da professorada, da direção. A obra foi iniciada para ajudar a zona mas numa maneira também que podia glorificar o nome de Deus [...].

(CORRESPONDÊNCIA DE RUTH GRAHAM, 1992, p. 2).

Com base também nos depoimentos de ex-docentes, podemos perceber que as ideias corroboram o pensamento de dona Ruth, descrito no trecho da carta supracitada. Foi possível explicitar traços gerais de que o objetivo crucial na fundação dessa instituição era evangelizar por meio da educação. Assim, notamos que a história do Instituto foi se escrevendo e ganhando notoriedade no município e, também, na região.

Com relação ao que ocorre nos intramuros das instituições escolares e mais precisamente no ISG, por ser uma entidade privada, percebemos que “as instituições não são recortes autônomos de uma realidade”. (SANFELICE, 2007, p. 78-79). Os aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos se entrecruzam, formando o cenário educacional no qual a instituição se configura e se insere.

Nesse cenário o ISG se constituiu, como iniciativa particular subsidiada pela Missão Central do Brasil, cabendo aos missionários norte-americanos a função de diligenciar administrativamente.

Não encontramos, nas fontes analisadas, documentos que comprovem se havia auxílio financeiro por parte do Estado para o custeio dos gastos no Instituto, mesmo sendo responsável por conceder igualdade de condições às escolas oficiais e particulares.

Art. 7º - O Estado outorgará igualdade de condições às escolas oficiais e às particulares:

- a) pela representação adequada das instituições educacionais nos órgãos de direção do ensino;
 - b) pela distribuição das verbas consignadas para a educação entre as escolas oficiais e as particulares proporcionalmente ao número de alunos atendidos;
 - c) pelo reconhecimento, para todos os fins, dos estudos realizados nos estabelecimentos particulares
- (SUBSTITUTIVO AO PROJETO, 1960, p. 505).

Analisando o Boletim Estatístico de 1960, encontramos o registro, escrito pelo secretário escolar administrativo do ISG, de uma subvenção e auxílio financeiro recebido no valor de Cr\$ 50 000,00 concedido pelo Estado, mas a falta de comprovantes nos impede de afirmar a ocorrência de uma contribuição financeira mensal.

Nos Boletins Estatísticos anuais apresentados aos Inspectores de Ensino, podemos perceber os altos gastos das despesas anuais do ISG, porém não podemos afirmar se esses gastos eram verídicos. Nesses boletins havia também a descrição dos valores investidos em prol de uma educação de qualidade.

As fontes analisadas não nos permitem afirmar se, de fato, essas subvenções recebidas pelo governo eram investidas na instituição. Tampouco pelas fontes orais nos foi possível atestar essa hipótese.

Segundo Saviani (2006), as fontes, que, no caso da História, são utilizadas em sentido analógico, são palavras que apresentam, via de regra, duas conotações diferentes, a saber:

[...]. Por um lado, significa o ponto de origem, o lugar de onde brota algo que se projeta e se desenvolve indefinidamente e inesgotavelmente. Por outro lado, indica a base, o ponto de apoio, o repositório dos elementos que definem os fenômenos cujas características se busca compreender. Além disso, a palavra fonte também pode se referir a algo que brota espontaneamente, “naturalmente” e a algo que é construído artificialmente. Como ponto de origem, fonte é sinônimo de nascente que corresponde também a manancial o qual, entretanto, no plural, já se liga a um repositório abundante de elementos que atendem a determinada necessidade. [...]. As fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. Assim, as fontes históricas não são a fonte da história,

ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apóia o conhecimento que produzimos a respeito da história. (SAVIANI, 2006, p. 28-30).

As despesas realizadas pelo ISG estavam voltadas para a melhoria de suas instalações físicas e pedagógicas, como se observa:

[...] O INSTITUTO está sempre preocupado em melhorar o seu material didático criando museus para as aulas de geografia, ciências e história natural. Também está trabalhando para melhorar a sua biblioteca aumentando o número de volumes e instalando-a em melhores condições de funcionamento. (BOLETIM INFORMATIVO DO INSTITUTO SAMUEL GRAHAM, 1962, p. 3).

O Governo Municipal também era responsável pelo custeio, destinando 20% da arrecadação à educação, como determinava a Constituição Federal de 1946. No que tange ao município de Jataí, referente às despesas orçamentárias, em uma das fontes analisadas o prefeito Cyllêneo França⁸, por meio da Lei nº 479 de 12 de novembro de 1962, concede um reforço de verbas e dá outras providências, instituindo em seu Art. 1º - “Fica concedido um reforço na quantia de Cr\$ 3 493 602,00 (três milhões, quatrocentos e noventa e três mil, seiscentos e dois mil cruzeiros), as seguintes verbas orçamentárias”.

As despesas com as Escolas Primárias correspondiam a 4,57%, um valor menor do que

era gasto com outras rubricas, por exemplo, os gastos com a conservação de ruas e praças correspondia a 20%, e a construção do mercado, a 14,3%.

Tais indicações nos levam a refletir sobre a importância que a educação tinha para o Governo Municipal, mesmo com o que previa a Constituição Federal Brasileira de 1946. Podemos, assim, propor alguns questionamentos: As escolas de iniciativa privada recebiam amparo perante a legislação orçamentária? O ISG recebia auxílio financeiro do poder público municipal e/ou estadual? O Instituto atendia crianças pobres? Quem custeava os gastos com as bolsas de estudos para alunos que não tinham condições de pagar? Lembramos que nosso intento não é obter respostas para esses questionamentos, mas permitir e legitimar algumas reflexões acerca da problemática.

Apresentamos uma solicitação do Diretor do ISG, reverendo James Buyers, ao então governador do Estado, Mauro Borges Teixeira⁹, de auxílio financeiro¹⁰:

[...] O INSTITUTO SAMUEL GRAHAM, situado a rua Riachuelo, s/nº, cidade de Jataí, Estado de Goiás, mantido pela Missão Presbiteriana do Brasil Central, funcionando com curso secundário desde 1959, funcionando em prédio próprio, em regime de Internato e Externato, com frequência mista, com turno diurno primário e secundário, vem solicitar da V. Excia., se digne considerar as necessidades desse estabelecimento para conceder um auxílio do Estado ou um apoio financeiro aos Estudantes do Sudoeste de Goiás. [...]. (CORRESPONDÊNCIA ENVIADA AO

⁸ Prefeito eleito em dois pleitos. Seus mandatos foram de 01/02/1951 a 31/01/1955 e de 31/01/1961 a 31/01/1966.

⁹ Mauro Borges Teixeira, filho do ex-governador de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, nasceu em Rio Verde/GO em 15/02/1920. Iniciou sua carreira política em 1958, quando foi eleito [deputado federal](#). Em 1960 foi eleito governador do Estado no mandato de 1961-1964. Mauro Borges integrou Goiás no cenário econômico nacional, promovendo o crescimento das fronteiras econômicas por meio da retomada da [Marcha para o Oeste](#). Faleceu em Goiânia em 29/03/2013.

¹⁰ Não identificamos fontes que pudessem nos dar informações sobre a isenção de impostos às escolas particulares, como é o caso do ISG, no período delimitado por esta pesquisa.

GOVERNADOR DO ESTADO, 1962, p. 1).

Cabe assinalar que não sabemos precisar se essa correspondência foi de fato atendida, pois não encontramos uma devolutiva do Governo Estadual ao ISG nas fontes analisadas. Portanto, com relação à perspectiva socioeconômica dessa instituição, é possível constatar que o Instituto vivenciou algumas vicissitudes, mas não modificou seu objetivo de oferecer uma educação pautada nos princípios morais e cristãos.

O INSTITUTO SAMUEL GRAHAM é uma instituição altamente interessada no bem público e completamente sem objetivos comerciais. Durante o ano de 1961, apesar do “déficit” previsto no início do ano de CR\$ 500 000,00, distribuiu CR\$ 270 000,00 de bolsa de estudo a alunos pobres que procuram educar-se. E isto foi feito sem que o INSTITUTO tivesse recebido qualquer subvenção pública. Até Dezembro de 1961 nem o Governo Federal, nem o Estadual e nem o Municipal votou nenhuma importância para ajudar o Instituto no seu serviço total de utilidade pública. (BOLETIM INFORMATIVO DO INSTITUTO SAMUEL GRAHAM, 1961, p. 1).

Ao analisarmos as fontes, questionamos: A Igreja recebia alguma arrecadação financeira advinda do ISG? Em contrapartida, a Instituição recebia fundos da Igreja? Não nos foi permitido examinar essas reflexões nas fontes porque o acesso aos Livros Atas da Igreja não nos foi concedido pelo Conselho Deliberativo da Igreja Presbiteriana de Jataí.

No que se refere às questões econômicas, nota-se que não é nosso intento nessa seção elencar as dificuldades enfrentadas pelo ISG, mas, ao olharmos os “intramuros” de uma instituição por meio da pesquisa histórica,

somos levados a reconstruir o passado numa perspectiva cultural de valores atuais e, assim, avaliar pessoas e instituições. (NOSELLA; BUFFA, 2013).

Muitos dos docentes que atuaram no Instituto a partir da década de 1950 vieram de outros Estados em virtude da escassez de professores formados na região do *hinterland* brasileiro. Os professores, até meados de 1970, vinham da Bahia, Paraná, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo, como confirmamos no depoimento de um ex-docente e também discente do ISG: “[...] *eles traziam pessoas de fora para trabalhar, que aqui ainda não tinha a Escola Normal né, não tinha nada, nada que formasse para professor, então eles traziam, sempre trouxeram professores de fora.* [...]”. (FREITAS, 2015).

É importante salientar que o Censo Escolar do Brasil, em 1965, fez um levantamento da formação dos professores regentes no Estado, segundo os níveis de formação. Esses dados evidenciam a situação dos professores no Estado de Goiás no ano de 1965, registrando 4485 professores regentes. Desses, 822 professores apresentavam o Curso Primário completo e 96, o Curso Primário incompleto.

Em termos de 1º ciclo, a dessemelhança nos dados também nos chama a atenção: aqueles com ensino incompleto somam 274 docentes, enquanto os com o nível completo, 425. No nível de 2º ciclo, a proporção é ainda reduzida: são 307 aqueles com nível incompleto e 487 os que o têm completo. Dessa maneira, o total de professores leigos¹¹ no Estado é de 2 421, o que representa um percentual de 54%.

Equiparando ao Estado de São Paulo (que, na época, apresentava apenas 3,6% de professores leigos), Goiás encontrava-se em falta de professores habilitados. Na mesma situação encontravam-se Minas Gerais, com 44%; Bahia, com 49,5%; Espírito Santo, com 48,9%; e

¹¹ Os professores leigos na década de 1960 correspondiam aqueles que não tinham habilitação do magistério por meio do Curso Normal, como afirma Sá e Sá (2011, p. 38), “qualquer pessoa considerada idônea, dentro dos padrões morais da sociedade, poderia ser professor, institucionalizando o professor leigo”.

Paraná, com 63,2%. Esses dados justificam a premência do Instituto Samuel Graham em contratar professores de outras regiões do país, na maioria, mulheres.

Dessa forma, o Estado de Goiás apresentou uma defasagem evidenciada nos planos organizacional e pedagógico de formação de professores, quando se equiparava aos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, em se tratando do funcionamento e estrutura educacional das Escolas Normais. (BRZEZINSKI, 2008).

Em decorrência disso, “os normalistas goianos recebiam certificados de professores ‘primários’ cuja validade se circunscrevia ao Estado de Goiás, sem o reconhecimento pelos demais estados da federação”. (BRZEZINSKI, 2008, p. 25). Na concepção da mesma autora, o Estado de Goiás revelava indícios de que:

O preparo do professor “primário” era de baixa qualidade e desqualificado como curso de formação pelos Estados da Federação mais desenvolvidos. Discriminado pelos Estados mais adiantados, ele só servia à pequenez goiana. Que atitude pouco nacionalista assumiam os colegas professores cariocas, paulistas, mineiros, outros, em relação aos professores goianos! (BRZEZINSKI, 2008, p. 25).

Para Nascimento (2005), as instituições confessionais se vinculam à religião, e a missão de ser professora se assemelha a um propósito de Deus. “Ela porta o saber e professa a boa nova, a verdade, aos seus alunos”. (NASCIMENTO, 2005, p. 185). Nos projetos missionários desenvolvidos no Brasil, é considerável o papel da “mulher missionária” como professora e mediadora de uma pedagogia inovadora, disseminando saberes para seus alunos, além de serem comprometidas com a doutrina da Igreja Protestante.

Os americanos reforçaram essa tendência quando colocaram professoras missionárias e brasileiras convertidas à frente das escolas protestantes e incumbidas das aulas nos colégios, conforme já acontecia em seu país de origem. [...]. (ALMEIDA, 2006, p. 83).

Por meio dos depoimentos orais colhidos nesta pesquisa, podemos perceber que a grande maioria dos professores contratados no ISG vinham de outros estados brasileiros, porém não podemos afirmar de quais.

Os dados apontam uma equiparação no número de docentes normalistas e não-normalistas que atuavam na instituição, o que certamente mostra uma preocupação por parte dos diretores em contratar professores que possuíam o certificado do Curso Normal. Dessa forma seriam atendidas as normatizações do magistério docente pelo Decreto nº. 805, de 28 de janeiro de 1949, que regulamenta o Ensino Primário do Estado de Goiás, estabelecendo os deveres sociais, pessoais e profissionais das professoras. O que podemos atestar, por meio das fontes orais, é que os professores contratados que não possuíam o certificado também precisavam seguir as normas gerais, no entanto seus pagamentos não condiziam com os dos professores com o diploma de normalista.

A legislação vigente estipulava, em seu Art. 43, “O magistério primário¹² público ou particular só poderá ser exercido por brasileiro maiores de 18 anos, em boas condições de saúde física e mental e que estejam habilitados legalmente”. (DIÁRIO OFICIAL, ANO 112, 05/02/1949, nº 5829, p. 3).

Com a relação à formação moral dos professores, o corpo administrativo do Instituto se preocupava em contratar profissionais com experiências no Ensino Primário, Ginásio e também no Ensino Secundário e que apresentasse qualidades éticas e entusiasmo.

¹² O magistério primário, em 1949, correspondia ao período da primeira à quarta série primária, iniciando aos 7 anos de idade. (REGIMENTO DO ENSINO PRIMÁRIO - GO, 1949).

[...] O Corpo docente que trabalha no Ensino Primário é constituído de professores idôneos e já com anos de experiência nesse primeiro grau na educação e na formação cultural da personalidade. [...]. (BOLETIM INFORMATIVO DO INSTITUTO SAMUEL GRAHAM, 1962, p. 2).

[...] O Corpo docente atual do Ginásio é constituído, na sua grande maioria, de jovens entusiasmados pela cultura e pelo trabalho benemérito de educar eficientemente a juventude que vem ao I.S.G. Todos os professores estão sempre empenhados em aperfeiçoar os seus métodos e seus conhecimentos com a finalidade de tornar o estudo uma tarefa agradável e fascinante para o aluno. [...]. (BOLETIM INFORMATIVO DO INSTITUTO SAMUEL GRAHAM, 1962, p. 2-3).

Para atingir esse objetivo de uma escola pautada na fé religiosa do protestantismo, o Instituto Samuel Graham oferecia o ensino da doutrina cristã baseada na leitura e estudo diário da Bíblia, por meio de orações e canto dos hinos que aconteciam em um culto diário, realizado no salão nobre do Instituto. O princípio do Cristianismo era inculcado em ações diárias, bem como a assistência dada aos alunos e nos atos da igreja presbiteriana local, os quais faziam parte do currículo e regimento interno do ISG. Segundo Nascimento (2007, p. 157), “a orientação moral determinada era inculcar nos alunos independente da crença que professassem, os princípios da moral cristã e relacioná-los com sua vida diária”.

No ano de 1962, o diretor reverendo Jaime Buyers publica um Boletim Informativo sobre o ISG com informações ao corpo docente e discente. Nessa via, é importante evidenciar que os cursos oferecidos nesse mesmo ano sofreram ajustes para se adequarem ao “custo de vida”, como explica o Boletim.

Segundo os depoimentos orais, as famílias que não podiam pagar as mensalidades realizavam “acordos” e/ou combinados com o

diretor, como a prestação de serviços em benefício do Instituto. Algumas famílias recebiam bolsas de estudos e pagavam taxas menores mensalmente.

Como via de regra, no ISG o uso de uniformes escolares teve regulamentações baseadas nesses preceitos, como podemos observar nas orientações sobre a sua confecção para o ano de 1962 para os Cursos Primário e Ginasial:

CURSO PRIMÁRIO

MENINAS E MOÇAS

1º e 2º anos – **saia** pregueada, de brim verde, com suspensórios de 2 e meio centímetros de largura, com comprimento não acima da parte inferior da rótula do joelho. **Blusa** beije de mangas curtas com 2 e meio de centímetros de largura de bainha, gola esporte, bolso sem barra, com bico na parte inferior, colocado no lado esquerdo.

Sapatos preto tipo colegial.

Para os demais anos o uniforme é o mesmo exceto a saia que não teria suspensórios. O distintivo será adquirido no INSTITUTO.

MENINOS E RAPAZES

1º e 2º anos – **Calças** curtas ou compridas, de brim verde com listas, uma de cada lado externo, de meio centímetro de largura.

Cinto preto. **Camisa** beije de gola esporte e mangas curtas com bainhas de 2 e meio centímetros, bolso sem barra, com bico na parte inferior colocado no lado esquerdo.

Sapatos ou **botinas** pretas.

Para todos os anos do curso primário, inclusive para o 5º ano, o uniforme é o mesmo. O distintivo do INSTITUTO será adquirido na escola.

CURSO GINASIAL

MOÇAS

Saia de brim verde, pregueada de **comprimento** não acima da parte inferior da rótula do joelho. **Blusa** branca, gola esporte, de mangas curtas e bainha de 2 e meio centímetros de largura e bolso com bico na parte inferior sem barra colocado ao lado esquerdo. **Blusa** de lã. **Sapatos** pretos tipo colegial, **meias** brancas. O distintivo e a

blusa de lã serão adquiridos no INSTITUTO.

RAPAZES

Calças de brim verde, com duas listas brancas de meio centímetro de cada lado externo das calças. **Cinto** preto. **Camisa** branca de colarinho, mangas compridas e com bolsos sem barra e com bico na parte inferior colocado do lado esquerdo. **Gravata** preta. **Blusa** de lã. **Sapatos** ou **botinas** pretas. **Meias** brancas. O distintivo e a blusa de lã serão adquiridos no INSTITUTO. (BOLETIM INFORMATIVO DO INSTITUTO SAMUEL GRAHAM, 1962, p. 3).

Com relação ao uniforme escolar, Gondra (2004) salienta que havia uma preocupação com a descrição minuciosa dos tipos de tecidos utilizados na confecção: lã, seda, linho ou algodão. Ao mesmo tempo, implicava um discurso médico-higienista que, em seu âmago, ordenava uma vestimenta “reguladora” no modo de se vestir dos alunos, abarcando prescrições sobre a maneira correta de se trajar, principalmente para as mulheres, e sobre os cuidados que os alunos deveriam ter com sua manutenção.

Segundo Teive (2008):

Invenção da República, o uniforme escolar constituía-se num dos pontos, importantes na produção do novo *habitus* pedagógico, contribuindo para aumentar o controle sobre o comportamento dos/as futuros/as professores/as, para sedimentar o novo modo de se comportar. As punições previstas para sedimentar os desvios praticados pelos/as alunos/as quando no uso do uniforme deveriam contribuir para fortalecer os mecanismos de autocontrole exercido sobre as suas ações e pulsões, concorrendo para o seu autocondicionamento. (TEIVE, 2008, p. 183).

A senhora Maria Luiza da Silva Gomes, ex-aluna e ex-professora, relata que o uniforme era de uso diário; os sapatos e as meias precisavam chegar limpos na escola. Acrescenta que levava um pano para lavar os pés na escola e depois calçar as meias e o sapato, pois havia uma

professora: “a Dona Henriqueta, ela era responsável por olhar isso! Porque ela chegava e a primeira coisa que fazia, era dar a revista nesse pessoal que estava de uniforme e se estava limpo”. (GOMES, 2015).

Para adentrar o interior de uma instituição e desvelar as ações desenvolvidas nas práticas escolares, é preciso, explorar sua “caixa-preta” e, segundo Sanfelice (2007, p. 77), “o que me dá o passaporte de ingresso é o conjunto de fontes que levanto, critico e seleciono, e nenhum tipo de fonte deve ser interdito”. Nessa esteira de reflexões, percebemos a grande importância de conhecer os intramuros do ISG. O caminhar, correr, andar pelos espaços faz com que os espaços sejam preenchidos pela vida e apareçam, embora o caminhar como uma apropriação também desloque significados em tais espaços pela invenção de outros usos. “[...] as idas e vindas, as variações ou as improvisações da caminhada privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais.” (CERTEAU, 1994, p. 178). E um desses limites foi a construção dos internatos feminino e masculino para abrigar alunos que se deslocavam de outras regiões.

Em 1953 foi iniciada a construção da Casa do Diretor, concluída em julho de 1954. Dona Ruth Graham se mudou para essa casa e levou consigo quatro moças que eram internas: Maria Luiza Pimpim, Ivonete Lima, Delma Borges e Vandir Guimarães. Assim, o Internato feminino se estabeleceu inicialmente na casa do diretor. Só em 1956 o prédio foi construído para oferecer vagas para outras internas. Nas fontes analisadas não encontramos a data precisa da construção do prédio do internato masculino, que decorreu anos depois, tampouco imagens de seu prédio físico.

A construção do prédio do internato feminino apresenta, em sua fachada, o estilo

vitoriano¹³ norte-americano, em vértice, com colunas nas extremidades.

Nas fontes localizadas, não encontramos muitos documentos específicos aos internatos. Muito pouco restou nos arquivos da instituição, mas podemos perceber, em panfletos propagandísticos, o quanto eram evidenciadas as atividades desenvolvidas em seu cotidiano.

Não conseguimos apurar até que ano os internatos funcionaram, mas podemos verificar, por meio das fontes documentais, que na década de 70, parte dos 12 alqueires de terra adquiridos para a construção da escola foi loteada e os lotes colocados à venda. Uma parte do terreno, onde o prédio do Internato feminino se localizava, foi vendida para a Universidade Federal de Goiás – UFG, Campus Riachuelo, não fazendo mais parte do ISG. A área do internato masculino está cedida ao Estado para a Universidade Estadual de Goiás – UEG, que realiza pagamento de aluguel da área até os dias atuais.

Ainda com relação às atividades desenvolvidas nos internatos, localizamos em um boletim informativo algumas orientações para a matrícula de alunos internos. Uma dessas normas diz respeito ao enxoval mínimo:

ENXOVAL MÍNIMO PARA O INTERNATO

Cada interno terá a sua própria roupa de cama e de uso pessoal. As medidas das roupas de cama são as seguintes: Os lençóis terão 1,50 de largura e 2,40 de comprimento, as fronhas terão 44 centímetros de largura e 64 de comprimento. Convém que cada interno traga dois bons cobertores.

Cada interno trará 3 lençóis, 2 colchas brancas ou de côr, 3 toalhas de banho, 3 toalhas de rosto, 3 fronhas, 1 travesseiro, 2 cobertores de lã, 1 saco para roupa suja, 2

pares de sapatos para casa, 1 para aula, 1 para sair, 1 par de tênis para educação física, 1 sombrinha ou guarda-chuva, agasalho para frio, objetos necessários para higiene pessoal, roupas para uso diário, para trabalhar e para sair. Toda a roupa deverá ser marcada com o nome do aluno (BOLETIM INFORMATIVO DO INSTITUTO SAMUEL GRAHAM, 1961, p. 3).

A senhora Rosalva Rodrigues de Sousa, ex-aluna e moradora do internato feminino, discorre sobre as diretoras que o dirigiram no período em que ela esteve interna “*no internato nós tivemos três diretoras né, era a Dona Ruth Graham, que foi a primeira, a Dona Lúcia e a Abigail*”. (SOUSA, 2015). Lembra da rigidez de cada uma, dos horários e da rotina estabelecida pelo regulamento, que deviam ser cumpridas com precisão. A depoente não se lembra do número de internas matriculadas, haja vista que muitas alunas internas não cumpriam o prazo e, como não se adaptavam à rotina da instituição, desistiam de estudar no internato. Mas faz uma previsão de, pelo menos, vinte alunas que estudavam na mesma turma em que ela estava matriculada, com algumas variações.

[...] Lá nós tínhamos um regime assim, tinha que obedecer os horários de almoço. Tocava a campainha né, todo mundo reunia pra refeição. E a noite tinha o horário também da gente dormir né, não podia ficar até tarde estudando né, porque tinha o horário à tarde, por exemplo: aquelas que estudavam de manhã, à tarde fazia suas tarefas e estudava né. Agora as outras que era da tarde, elas estudavam na manhã né, então nós, eu que estudava de manhã, na parte da tarde fazia os meus estudos. Estudava e preparava as minhas lições. (SOUSA, 2015).

O pagamento das mensalidades era planejado pela secretaria do Instituto, como

¹³ As casas vitorianas refletem os estilos arquiteturais da Era Vitoriana no Reino Unido, entre os anos 1837 e 1901. O estilo deve seu nome à rainha Vitória da Inglaterra, que reinou durante esse período. O estilo vitoriano, popular na arquitetura residencial dos Estados Unidos, Canadá e Inglaterra, é composto de uma mistura de antigos estilos, trazidos de diferentes países. O estilo vitoriano apresenta características desenvolvidas para serem vibrantes, ousadas e ornamentadas e podem consistir em construções com um, dois ou três andares.

apresenta o mesmo Boletim Informativo:

OBSERVAÇÃO: - A reserva de lugar no pensionato se fará mediante a importância de CR\$ 2 000,00 para aqueles que tem sido alunos do INSTITUTO e de CR\$ 3 000,00 para os novos alunos [...].

Os alunos que não tiverem seus pagamentos efetuados dentro dos prazos estabelecidos não terão permissão para frequentar aulas e não poderão prestar exames desde que estejam em débito com o INSTITUTO. Os internos, estando em débito com o Pensionato, serão retirados do mesmo.

NOTA REFERENTE AS DESPESAS DOS ALUNOS INTERNOS: O INSTITUTO não se responsabiliza por nenhuma despesa pessoal do aluno e nem adianta dinheiro para lavagem de roupa, artigos de higiene pessoal, medicamentos, material escolar, etc. Por essa razão a Diretoria do INSTITUTO SAMUEL GRAHAM exige dos senhores pais ou responsáveis deixarem depositado na secretaria a importância mínima de CR\$ 7 000,00 por semestre ou conforme a economia do aluno. (BOLETIM INFORMATIVO DO INSTITUTO SAMUEL GRAHAM, 1961, p. 4).

Diante do exposto sobre as observações referentes à reserva de matrículas e às despesas dos alunos, pode-se afirmar que a responsabilidade em manter os alunos no Internato era da família de cada interno. Ao matricularem seus filhos no Instituto, os pais recebiam as orientações prescritas em um Regimento Interno:

Art. 62 - As contribuições serão divididas em 4 prestações:

- a. Primeira - Até 1º de março, representando 20% do ano escolar;
- b. Segunda - Até 31 de maio, representando 40% da anuidade;
- c. Terceira - Até 1º de agosto, representando 30% da anuidade;
- d. Quarta - Até 1º de outubro, representando 10% da anuidade;

Parágrafo Único: Toda a prestação iniciada será considerada vencida, não sendo

restituída ainda que o aluno tenha de se retirar do estabelecimento. (REGIMENTO INTERNO DO ISG, 1963, p. 17-18).

Vale ressaltar que os alunos internos tinham tarefas a cumprir diariamente, após realizarem seus estudos, como afirma Sousa (2015): *“a gente era responsável pela lavagem de nossas roupas, tinha os tanques lá e cada uma lavava as suas, quem chegava primeiro, lavava roupa primeiro (risos)”*. Sousa (2015) ainda relata que a rotina diária, apesar de bastante rígida no internato, era prazerosa e de muita cumplicidade entre as internas. Aos domingos iam, todas juntas, ao culto na Igreja, juntamente com sua diretora, pela manhã e à noite, à tarde tinham que dormir e descansar.

No depoimento de Sousa (2015), constatamos que a organização da rotina era elaborada pela diretora, que cuidava com muita dedicação para que não houvesse atrasos e as meninas sempre estivessem ocupadas em suas atividades. Pela manhã, ao soar do sino, todas se levantavam e se vestiam para o café. A cozinheira servia as refeições e mantinha a ordem na cozinha. Os horários das refeições eram estabelecidos em quatro momentos: café da manhã, almoço, lanche e jantar.

Os apontamentos de Foucault (2001) ilustram o depoimento da ex-aluna, quando diz:

A escola está arquitetonicamente projetada para um espaço disciplinar. As disciplinas, organizando as ‘celas’, os ‘lugares’ e as ‘fileiras’ criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação [...], marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos. (FOUCAULT, 2001, p. 126).

Com o intuito de elucidar as ações das internas em seus momentos de estudo e higiene pessoal nas práticas cotidianas diárias, podemos confirmar que era preciso muita disciplina por

parte das alunas para se apropriarem de suas tarefas e de seus estudos.

Podemos confirmar que era preciso muita disciplina por parte das alunas para se apropriarem de suas tarefas e de seus estudos, desde a higiene pessoal até as práticas cotidianas diárias.

[...] Fazíamos nossas tarefas lá mesmo no refeitório né, porque lá tinha as mesas né. O refeitório não sei se não me engano tinha umas quatro mesas grandes porque nós era assim uma turma de mais ou menos umas 20 moças não tô muito me lembrando muito bem o número que nós estava lá né. Então tinha as mesas de refeição, aí a gente estudava ali mesmo, no refeitório. E depois era a hora do banho, todo mundo tinha que banhar (risos) tomava banho e era uma dificuldade porque quando chegava no final do ano faltava água. não sei porque faltava água não sei se os poços secava né. acho que sim! e depois eles fizeram um poço artesiano grande aí para manter a escola né. porque tinha muita dificuldade com esse problema de água, chegava no mês de novembro faltava água, a gente pra tomar banho era 2 minutos, a gente tinha que tirar (risos) já ia pronta solta a toalha lá e jogava água e tomava banho rapidinho, 2 minutos né. Porque não podia gastar água. [...]. (SOUSA, 2015).

Foucault (1987) afirma que a disciplina organiza um procedimento de espaço arquitetural e religioso: “a cela dos conventos. Mesmo se os compartimentos que ele atribui se tornam puramente ideais, o espaço das disciplinas é sempre no fundo, celular. Solidão necessária do corpo e da alma, [...]”. (FOUCAULT, 1987, p. 123). Dessa maneira, a organização escolar passou a ter funcionalidade no ensino elementar “como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar”. (FOUCAULT, 1987, p. 126).

Importa ressaltar que os missionários

norte-americanos cumpriram seu papel social conforme os objetivos estabelecidos na Missão, sob a diáde: *evangelizar e educar*. Assim, prestavam assistência às crianças e jovens por meio de uma instituição educacional, de caráter particular, que desde sua fundação vem desenvolvendo atividades educacionais. O que, para Foucault (1987, p. 119), perpassa por uma política de coerção “um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. [...] A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’”.

É mister destacar que até a década de 1970, o ISG teve caráter particular, só então passou a contar com um convênio estadual a fim de atender um número maior de alunos. Em 1968¹⁴ o convênio estadual foi aceito, passando a vigorar a partir de 1970.

O ISG teve, nesse período, oito diretores, sendo cinco norte-americanos. Após essa data, outros professores ligados à Igreja Presbiteriana e ao Conselho Deliberativo assumiram a direção.

Considerações Finais

A pesquisa sobre os vinte e nove anos iniciais de funcionamento do Instituto Samuel Graham (1942 – 1971), possibilitou indicar algumas conclusões que servem de subsídios para o estudo da questão da Educação Protestante em Jataí/GO, bem como do contexto goiano e brasileiro no período em apreço.

À luz dos fatos apresentados até aqui sobre a história e a construção do ISG, pode-se destacar a implantação de alguns cursos ao longo de período: em 1953, o Curso Normal Regional; em 1959, o Ginásial, passando a ofertar Ensino Secundário; no ano de 1964, o Curso Normal

¹⁴ O Diário Oficial de 26/12/68 publicou o convênio acordado entre o Estado de Goiás e o ISG. (DIÁRIO OFICIAL, 1968, ANO 132, n. 8465, p. 7-8).

Colegial, na modalidade de 2º grau; em 1974, o curso Técnico em Magistério. No ano de 1977 passou a ofertar o curso Habilitação Básica em Saúde, ambos em nível de 2º grau.

Na esteira de reflexões perfilhadas por Gatti Júnior (2002), faz-se importante compreender que ver a escola por dentro, analisar as suas determinações externas nos ajudam a estudar um pouco da sua história, garantindo uma investigação acerca dos atores envolvidos no processo educacional dessa instituição, buscando sua identidade institucional no cenário do qual faz ou fez parte, mesmo com as mudanças sofridas ao longo dos anos

Referências

- ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na Educação: missão, vocação e destino? In: SAVIANI, Demerval *et al.* (Org.). *O Legado Educacional do Século XX no Brasil*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 7-32.
- BRASIL. Substitutivo ao projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: BARROS, Roque Spencer Maciel de. *Diretrizes e Bases da Educação*. São Paulo: Pioneira, 1960. p. 400- 510.
- BRZEZINSKI, J. Escola Normal de Goiás: nascimento, apogeu, ocaso, (re)nascimento. In: ARÁUJO, J.C.S.; FREITAS, A. P. G. B.; LOPES, A. P. C. (Org.). *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. v. 1. Campinas: ALÍNEA, 2008. p. 279-298.
- CALVANI, Carlos Eduardo B. A Educação no Projeto Missionário do Protestantismo no Brasil. *Revista Pistis e Praxis: teologia e pastoral*. Curitiba, v. 1, n. 1, p. 53-69, jan./jul. 2009. Disponível em: <http://www.erevistas.csic.es/ficha_articulo.php?url=oai:pistis.pucpr.br:article/2479&oai_iden=oai_revista714>. Acesso em: 2 mai. 2016.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FERREIRA, José Felipe e Sousa de Brito. *A Evangelização pela Educação Escolar: embates entre presbiterianos e católicos em Patrocínio, Minas Gerais (1924-1933)*. Uberlândia, n. 2, jan./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/323/315>>. Acesso em: 9 out. 2015.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. 24. ed. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. 29. ed. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2001.
- GATTI JÚNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (Org.). *Novos Temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. p. 03-24.
- GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial*. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.
- MAGALHÃES, Justino. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUZA, C.; CATANI, D. (Org.). *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, 2. ed. São Paulo, Escrituras, 1996.
- MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *O Celeste Porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: EUSP, 2008.
- NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. *Educar, curar, salvar: uma ilha de civilização no Brasil tropical*. 246f. Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.
- NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho. A Influência da Pedagogia Norte-Americana na Educação em Sergipe e na Bahia: reflexões iniciais. *Revista Brasileira de História da Educação*. São Paulo, v. 2, p. 9-38, 2001.
- _____. A cultura escolar do Instituto Ponte Nova. *Educação em Questão*, v. 29, p. 149-165, 2007.
- NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *A Escola de Baden-Powell: cultura escoteira, associação voluntária e escotismo de estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2008.
- NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. *Instituições escolares: por que e como pesquisar*. 2. ed. Campinas, SP: Alínea, 2013.
- ORSO, Paulino José. História, Instituições, Arquivos e Fontes na Pesquisa e na História da Educação. In: SILVA, João Carlos da. *et al.* (Org.). *História da Educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica*. Campinas, SP: Alínea, 2013. p. 33-64.
- PALACÍN, Luis; MORAES, Maria Augusta de Sant'anna. *História de Goiás*. 7. ed. Goiânia: Editora da UCG, Ed. Vieira, 2008.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de (Org.); SA, Nicanor. P. (Org.). A escola pública primária mato-

SANFELICE, José Luís. História das instituições escolares. In: SAVIANI, Demerval *et al.* *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba: UNISO; Ponta Grossa: UEPG, 2007. (Coleção Memória da Educação). p. 75-94.

SAVIANI, Demerval. Breves considerações sobre fontes para a História da Educação. *Revista HISTEDBR on-line*, Campinas, n. especial, p. 28-35, ago. 2006. Disponível em:

<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art5_22e.pdf>. Acesso em: 2 out. 2015.

_____. Instituições de Memória e Organização de Acervos para a História das Instituições Escolares. In: SILVA, João Carlos da. *et al.* (Org.). *História da Educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica*. Campinas, SP: Alínea, 2013. p. 13-31.

SILVA, Maria Aparecida Alves. *Gênese e desenvolvimento do Grupo Escolar César Bastos no cenário educacional de Rio Verde/GO (1947-1961)*. 142f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Uberlândia, 2013.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. *Uma vez normalista sempre normalista: cultura escolar e produção de um habitus pedagógico. A Escola Normal Catarinense 1911-1935*. Santa Catarina: Insular, 2008.

_____. Correspondência de Dona Ruth Graham. Jataí, 1992.

_____. Correspondência enviada ao Governador do Estado. Jataí, 1962.

_____. Regimento interno do ISG, Jataí, 1963.

Acervo do Museu Histórico Francisco Honório de Campos em Jataí

O JATAHY. Periódico de Jataí, 10 de março de 1912, Ano III, n. 61.

Fontes orais

FREITAS, Eloene de Lima. Entrevista concedida à mestranda Kamila Gusatti Dias. Jataí, 17 de março de 2015.

GOMES, Maria Luiza da Silva. *Entrevista concedida à mestranda Kamila Gusatti Dias*. Jataí, 31 de julho de 2015.

SOUSA, Rosalva Rodrigues de. *Entrevista concedida à mestranda Kamila Gusatti Dias*. Jataí, 24 de março de 2015.

Fontes históricas

Acervo do Arquivo Público do Estado de Goiás

GOIÁS. *Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goiás*. Goiânia: Diário Oficial do Estado de Goiás, 1930.

_____. *Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goiás*. Goiânia: Diário Oficial do Estado de Goiás, ANO 112, 1949.

Acervo do Instituto Samuel Graham

ESCOLA EVANGÉLICA DE JATAÍ. *Livro de Matrículas*. Jataí, 1946-1951.

INSTITUTO SAMUEL GRAHAM. *Biografia de Samuel Irvine Graham*. Jataí, 1960.

_____. Boletim Informativo do ISG. Jataí, 1961.

_____. Boletim Informativo do ISG. Jataí, 1962.